

ITAPICURU AGRO INDUSTRIAL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CNPJ 10.319.846/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2024

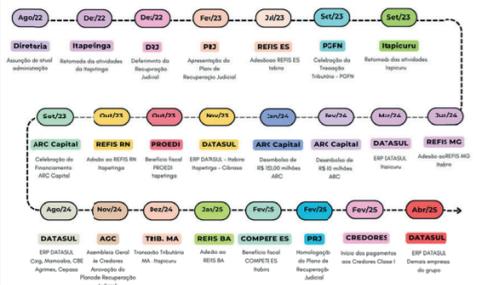
GRUPO JOÃO SANTOS
2024: REESTRUTURAÇÃO



DISCLAIMER - O Relatório da Administração atende à previsão do art. 133, inciso I, e do art. 243, ambos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Além disso, as informações financeiras contidas neste relatório são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em agosto de 2022 assumiu uma nova gestão o Grupo João Santos - GJS, a partir da eleição e nomeação em devidos processos assembleares de administradores para a holding, Nassau Administração e Participações Ltda. Desde então foram desenvolvidas várias atividades para recuperação da capacidade operacional do grupo.

HISTÓRICO

Timeline



1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Em dezembro de 2022, a 15ª Vara Cível da Capital (Recife) - Seção B deferiu o processamento do pedido de Recuperação Judicial da empresa Nassau Administração e Participações Ltda., em filiosociedade com outras 42 (quarenta e duas) sociedades. O objetivo do pedido foi centralizar e organizar o passivo existente, de modo a viabilizar a reestruturação conjunta das sociedades envolvidas. No curso dos atos posteriores, houve a implementação de campanhas de transação com os diversos credores das Classes I, III e IV, permitindo acordos rápidos e eficazes. Ao longo de 2024, houve o aperfeiçoamento da campanha de mediação com os diversos credores das Classes I, III e IV, quitados com - recursos esses provenientes da reintegração de depósitos recursais. Ademais, conforme se demonstrará nos tópicos a seguir, foram adotadas medidas voltadas à organização do passivo existente, as quais culminaram na aprovação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo João Santos. Tal aprovação ocorreu em 5 de novembro de 2024, data prevista em edital para a segunda convocação da Assembleia Geral de Credores, com o voto favorável de 59,91% (cinquenta e nove vírgula noventa e um por cento) dos credores virtualmente presentes. Posteriormente, em 7 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu decisão homologatória do referido Plano e concedeu a recuperação judicial ao Grupo João Santos. Em 10 de fevereiro de 2025, teve início o cumprimento do Plano, com o pagamento de R\$ 405.875,43 (quatrocentos e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos) a 1.712 credores que já haviam disponibilizado seus dados bancários. Tal pagamento marca o início da concretização do Plano aprovado pelos credores e homologado judicialmente, documento que representa a legítima expressão dos esforços empreendidos pelas empresas Recuperadas para estruturar seu projeto de gerenciamento, equalizando o passivo com seus credores, sem descumprimento de suas obrigações, renda, arrecadação tributária e impulsionar a economia nacional.

2. PASSIVOS TRIBUTÁRIOS

2.1. TRANSAÇÃO COM PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PGFN - Desde os primeiros atos da atual gestão, tornou-se evidente que o sorteamento do Grupo João Santos dependia, de maneira decisiva, do equacionamento do passivo tributário federal, incluindo os débitos relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vinculados a credores trabalhistas. Tal constatação impôs à administração não apenas a condução de negociações com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), mas também a busca por recursos no mercado financeiro, a fim de viabilizar o aporte necessário para a entrada na, então iminente, transação tributária. Após sucessivas rodadas de tratativas com instituições interessadas em atuar como intervenientes anuentes no acordo fiscal, o Grupo João Santos requereu ao Juízo Recuperacional autorização para convocação de reunião de sócios quotistas, com o objetivo de deliberar sobre a potencialização (i) da transação tributária com a PGFN e (ii) da operação de financiamento com potencial investidor. O pedido foi deferido. Na sequência, em 2 de setembro de 2023, o Grupo João Santos celebrou uma com a PGFN a maior transação tributária firmada no Brasil, mediante a qual um passivo tributário federal da ordem de R\$ 10,7 bilhões foi reduzido para aproximadamente R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões pagos com a utilização de prejuízo fiscal ("PF"), valor esse condicionado à liquidação em até 36 (trinta e seis) meses, com utilização de PF e base de cálculo negativa (BCN) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), resultando na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa. Como terceiro interveniente anuente da transação, firmou a ARC Capital ("ARC"), com a qual o Grupo João Santos, mediante autorização judicial, firmou contrato de financiamento na modalidade debrór-in-possession (DIP), no valor de R\$ 238.000.000,00 (duzentos e trinta e oito milhões de reais). O referido financiamento foi garantido por (i) alienação fiduciária de imóveis e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios. Em outubro de 2024, as Recuperadas, dado o caráter dinâmico da Transação e a possibilidade de inclusão de novos débitos, nos termos da Cláusula 14ª, inciso III, e da Cláusula 22ª, ambas totais do Termo de Transação Individual, requereram o adiamento e a Transação Tributária outorga realizada, nos termos do Requerimento de nº 2024/044395 (Protocolo nº 02625572024), até o presente momento pendente de deferimento, consolidação e instrumentalização por parte da PGFN.

2.2. TRANSAÇÃO COM SEFAZES - Em julho de 2023, as empresas ITABIRA e - CBE, integrantes do GJS, firmaram junto à Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo o parcelamento tributário de seu passivo da ordem de R\$ 620 milhões, alcançando uma redução de aproximadamente 45% e um prazo de pagamento de 180 meses. Ressalta-se o fato de as empresas em questão não terem desembolsado diretamente, no exercício de 2023, quaisquer recursos para pagamento do débito, uma vez que o mesmo foi quitado a partir da origem de R\$ 17,6 milhões de recursos bloqueados judicialmente. Este acordo trouxe a possibilidade de acesso ao programa de incentivo fiscal do estado do Espírito Santo denominado COMPETE, além da plena regularidade operacional característica das empresas adimplentes com o fisco estadual. Ao continuar, à vista do Edital PGE/ES Transação nº 003/2024, de 23 de setembro de 2024, que permitiu o parcelamento de débitos tributários estaduais em até 145 (cento e quarenta e cinco) meses para empresas em recuperação judicial, com redução de até 30% (trinta por cento) de juros, multas e encargos, a ITABIRA protocolou - em 04/10/2024 e 08/10/2024 - requerimento eletrônico de adesão ao Programa "Regularize Capixaba", de Protocolo nº 2024-3NB/12R, nele inserindo as CDA's remanescentes, com posterior concessão do benefício em 01 de fevereiro de 2025. A Itabira Agro Industrial S.A. concluiu a adesão a parcelamentos e a regularização do passivo tributário com aquele estado, reduzindo um débito de R\$ 610 milhões para R\$ 330 milhões, a serem pagos em 180 meses. Com esse esforço, a empresa foi capaz de se habilitar o benefício fiscal capixaba denominado Contrato de Competitividade ("COMPETE-ES"), o que lhe foi concedido em fevereiro de 2024, garantindo-lhe crédito presumido de ICMS em suas operações internas e interestaduais. Estima-se que, a partir do gozo do benefício fiscal, a Itabira tenha uma redução efetiva de sua carga tributária estadual mensal em mais de R\$ 1 milhão, o que contribuirá consideravelmente para a competitividade do seu produto perante o mercado local e interestadual.

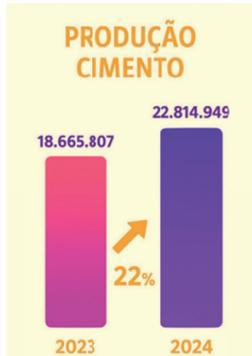
2.3. PARCELAMENTO REALIZADO COM O ESTADO DE MINAS GERAIS - Nossa unidade Itabira, em junho de 2024, aderiu ao "Refis mineiro", instituído pelo Decreto estadual nº 48.790/2024, alcançando o desconto de 50% (cinquenta por cento) de redução dos valores das penalidades e dos acréscimos legais incidentes sobre os créditos tributários por ela devidos no estado de Minas Gerais e os parcelando em 84 (oitenta e quatro) meses, com a diminuição de um passivo de R\$11,2 milhões para um débito total de R\$ 6,8 milhões.

2.4. PARCELAMENTO REALIZADO NO ESTADO DO MARANHÃO - Em dezembro de 2024, a Recuperanda Itapicuru, por meio de negociação colegiada com a Secretária de Estado da Fazenda do Maranhão (SEFAZ/MA), a Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA)

e o Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), celebrou transação tributária visando à redução e ao equacionamento de seu passivo tributário perante o referido ente federativo. Em decorrência do acordo, o passivo tributário, anteriormente estimado em R\$ 260 milhões foi reduzido para aproximadamente R\$ 160 milhões com parcelamento em 180 (cento e oitenta) prestações mensais.

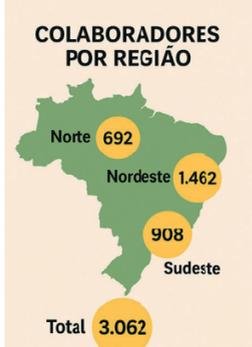
3. PLANO DE DESMORBILIZAÇÃO - Na esteira do plano de reperfilamento de sua dívida - notadamente no âmbito da Transação Tributária com a PGFN e do Financiamento DIP celebrado com a ARC Capital - e da consequente necessidade de alienação de ativos, o Grupo João Santos estabeleceu um Termo de Governança para a Alienação de Ativos, com etapas que vão desde os compromissos de confidencialidade com potenciais interessados em seus bens até a adoção das medidas societárias e judiciais cabíveis à alienação hídica, coordenada e profícua de seus ativos, sempre com vista à satisfação dos compromissos a serem honrados no âmbito da recuperação judicial ou fora dela, preservando aqueles essenciais e estratégicos para a consecução das atividades para as quais o Grupo é reconhecidamente vocacionado, a exemplo da mineração e do cimento.

4. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO - CIMENTO



A companhia no seu ramo de atividade principal, produção e comercialização de cimento, cresceu 22% em 2024 na fabricação de sacos. Apesar de ter sua retomada de atividade em setembro de 2023, a unidade cimenteira Itapicuru na cidade de Codó - MA, consolidou sua plena capacidade no início de 2024, o que proporcionou um acréscimo na produção total de cimento do grupo.

5. RECURSOS HUMANOS - Em 2024 sustentamos 3062 mil empregos, 31 estágios e 73 aprendizes do programa Jovem Aprendiz, distribuídos desta forma:



6. RESULTADOS NO ANO

6.1. MARCOS ESTRATÉGICOS NO ANO - No decorrer do ano de 2024, o Grupo realizou diversas migrações de sistemas de gestão (ERPs), com o objetivo de estruturar fontes de dados mais confiáveis e garantir um detalhamento transparente das informações, essencial para a tomada de decisão. Paralelamente, desenvolveu-se um projeto de melhoria contínua de processos, envolvendo vários setores do grupo, focado na revisão de procedimentos, políticas internas e implantação de indicadores de gestão que promovam a padronização e eficiência operacional. Em relação à área fiscal, foi realizada a reestruturação da equipe, visando maior assertividade nos números e otimização dos processos internos de apuração e investigação de incongruências identificadas. Como parte do alinhamento estratégico, a holding adotou um conjunto de boas práticas de gestão para análise e otimização dos resultados nas áreas administrativas e de produção, fortalecendo a cultura de excelência e eficiência. Também houve a contratação de consultorias especializadas, fruto de avaliação conjunta da presidência e diretorias, que prestaram suporte nas áreas de contabilidade, finanças, governança e business intelligence, contribuindo para a reestruturação e fortalecimento do grupo empresarial. Em paralelo, foi iniciado um trabalho de reestruturação do organograma, com mapeamento e desenvolvimento de cargos operacionais, táticos e estratégicos, cujo propósito é aumentar a produtividade e reduzir gargalos na gestão interna. Por fim, complementando essas ações, destaca-se o desenvolvimento da área de dados (BI), que proporcionou uma visão integrada e clara das informações das operações dos setores de produção, financeiro, contábil e faturamento, fortalecendo a capacidade analítica e a tomada de decisões baseada em dados.

6.2. COMPARATIVO 2023 X 2024 - O ano de 2024 foi marcado por uma evolução consistente nos indicadores financeiros da companhia, refletindo a efetividade das medidas de reestruturação, controle de custos e profissionalização da gestão. O destaque inicial vai para o crescimento de 14% na Receita Bruta, que passou de R\$ 966 milhões em 2023 para R\$ 1,1 bilhão em 2024. Esse aumento demonstra uma maior capacidade de geração de negócios, mesmo em um cenário desafiador. A Receita Líquida também apresentou elevação expressiva, atingindo R\$ 855 milhões, um crescimento de 14% em relação ao ano anterior. Isso reforça a consolidação das ações operacionais e operacionais adotadas pela companhia.

Do ponto de vista da eficiência, observou-se uma melhoria significativa na margem operacional, com forte impacto do controle sobre os custos dos produtos e serviços, que cresceram apenas 4% no período - bem abaixo da expansão da receita. Esse desempenho revela ganhos de produtividade, negociação com fornecedores e um uso mais racional dos recursos produtivos, resultando em uma margem bruta mais robusta. As despesas comerciais, por sua vez, apresentaram crescimento controlado de 5%, mesmo diante do avanço das vendas. Esse comportamento aponta para uma estrutura comercial mais eficiente, com melhor aproveitamento dos investimentos, refletindo diretamente no aumento da rentabilidade operacional. Sob a ótica gerencial, que desconsidera efeitos não recorrentes, outro marco relevante foi a redução de 84% no prejuízo operacional antes do resultado financeiro (LAIR), que passou de R\$ (56,9) milhões em 2023 para R\$ (8,8) milhões em 2024, aproximando o Grupo de um ponto de equilíbrio sustentável.

Além disso, a EBITDA gerencial, inverteu a trajetória negativa e apresentou um salto expressivo, saindo de R\$ (37,7) milhões para R\$ 11,2 milhões - uma variação de 130%, que traduz a melhoria no desempenho operacional e na geração de caixa. Esses resultados refletem o sucesso de uma estratégia de gestão baseada em dados e foco em resultados.

7. INVESTIMENTOS - Foi investido no ano de 2024 o total de R\$ 2.023 mil na atualização tecnológica entre softwares e equipamentos de informática para promover a integração das áreas financeira, contábil e de produção das unidades operacionais. Para o ano de 2025 estão previstos investimentos de aproximadamente R\$ 4 milhões para dar continuidade ao plano de modernização das áreas de gestão da produção e comercial. Os estudos para a retomada de produção de uma unidade cimenteira no segundo semestre de 2025 e outro no primeiro semestre de 2026, estão em estágio avançado, levando em consideração o mercado a ser atingido e cronograma de desmobilização de ativos do grupo que não fazem parte do planejamento estratégico.

8. COMPLIANCE E LGPD - A companhia iniciou em 2024 uma série de ações divididas em 4 eixos principais: conscientização, gestão de risco, gestão da estrutura legal/normativa e LGPD. Nos eixos conscientização e gestão de risco, foram desenvolvidas ações de mapeamento de riscos por processo e por item em duas unidades, com graduação pelo impacto e probabilidade de ocorrência, elaboração da matriz de riscos e elaboração do plano operativo. No âmbito da gestão de estrutura legal e normativa e, foi elaborado o Código de Ética e Conduta e realizado o levantamento das normas existentes na companhia. Com relação à LGPD, foram feitas adequações nas recepções das unidades, e elaboração do ROPA - registro das atividades de tratamento de dados.

9. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES - Nossos auditores independentes não podem prestar serviços de consultoria durante a vigência do controle de auditoria, seguindo determinação da administração do Grupo João Santos. A BKR Auditores Independentes Ltda. ("BKR"), é atualmente a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2023 e 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS)			
	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	6	94.220	358.221
Contas a receber de clientes	7	2.880.444	45.905.055
Estoque	8	11.831.603	10.942.190
Impostos a recuperar	9	2.599.839	20.452.350
Adiantamentos	10	8.999.170	38.635.079
Outras contas a receber		410.000	372.034
		26.815.276	116.664.929
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	7	1.178.114	-
Depósitos e bloqueios judiciais	11	15.832.643	5.340.403
Partes relacionadas	25	341.795.663	348.069.855
Outras contas a receber		5.543	5.543
Investimentos	12	12.641.635	12.641.635
Imobilizado	13	5.985.601	28.979.104
		377.439.199	395.036.540
Total do Ativo		404.254.475	511.701.469
Passivo			
Circulante			(Reapresentado)
Fornecedores	14	12.762.421	85.135.927
Obrigações sociais e trabalhistas	15	3.369.543	22.127.470
Obrigações fiscais	16	7.408.229	99.978.831
Parcelamentos tributários	17	11.860.206	-
Outras contas a pagar		1.793.170	29.961.048
		37.191.569	237.203.276
Não circulante			
Obrigações fiscais	16	46.275.647	-
Parcelamentos tributários	17	161.876.530	104.976.804
Provisão para passivos financeiros	18	35.772.331	35.772.331
Passivos em recuperação judicial	19	39.838.665	32.844.178
Partes relacionadas	25	107.456.514	89.714.465
Provisão para contingências	20	20.776.231	-
Outras contas a pagar		-	373.465
		411.995.918	263.681.243
Passivo a descoberto / Patrimônio líquido	21		
Capital social		353.657.783	353.657.783
Prejuízos acumulados		(398.590.795)	(342.840.833)
		(44.933.012)	(10.816.950)
Total do Passivo e do Passivo a Descoberto / Patrim. Liq.		404.254.475	511.701.469

Demonstrações de Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	65.208.646	16.414.948
Custo dos produtos vendidos	23	(66.317.305)	(32.998.261)
Resultado bruto		(1.108.659)	(16.583.313)
Recargas (despesas) operacionais		568.424	2.518.042
Despesas comerciais, gerais e administrativas	23	(28.794.529)	(4.209.412)
Outras recargas (despesas) operac., líquidas		(28.226.105)	(1.691.370)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(29.334.764)	(18.274.683)
Receitas financeiras	24	194.549.561	-
Despesas financeiras	24	(18.852.653)	(855.230)
Receitas financeiras	24	175.696.908	(855.230)
Despesas financeiras	24	(146.362.144)	(19.129.913)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		369.815	369.815
Número de ações ao final do exercício	21(a)	395.77	(51.73)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício por ação		395.77	(51.73)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	2024	2023	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	146.362.144	(19.129.913)	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização do imobilizado	2.277.090	2.295.929	
Baixas no imobilizado, líquidas de depreciação	5.300	-	
Ajustes de saldos	20.818.141	(31.918.553)	
Provisão para passivos financeiros	-	4.150.664	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	170.762.675	(24.536.523)	
Atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	(107.028)	-	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas ativ. de investimentos	(107.028)	-	
Atividades de financiamentos			
Partes relacionadas	24.016.241	11.382.529	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas ativ. de financiamentos	24.016.241	11.382.529	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(264.001)	249.556	
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	358.221	108.665	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	94.220	358.221	
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(264.001)	249.556	

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto / Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Originais)		353.657.783	499.343.479	(84.518.334)	768.482.928
Ajustes de exercícios anteriores	2.2	-	(210.227.478)	(210.227.478)	(210.227.478)
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Reapresentados)		353.657.783	499.343.479	(294.745.812)	558.255.450
Ajustes de exercícios anteriores	21(c)	-	-	(28.965.108)	(28.965.108)
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial	21(d)	-	(499.343.479)	-	(499.343.479)
Prejuízo do exercício		-	-	(19.129.913)	(19.129.913)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		353.657.783	-	(342.840.833)	10.816.950
Ajustes de exercícios anteriores	21(c)	-	-	(269.021.054)	(269.021.054)
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	16(i)	-	-	66.908.948	66.908.948
Lucro líquido do exercício		-	-	146.362.144	146.362.144
Saldos em 31 de dezembro de 2024		353.657.783	-	(398.590.795)	(44.933.012)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

1. Informações gerais - (a) Atividades operacionais - A Itapicuru Agro Industrial S/A - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que faz parte do "Grupo João Santos - GJS", é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto social: a) fabricação de cimento; b) atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente; c) extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado; d) extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado; e) extração de argila e beneficiamento associado; f) extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado; g) atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos; h) preparação de massa de concreto e argamassa para construção; i) Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos; j) tratamento e disposição de resíduos perigosos; e, k) outras sociedades de participação, exceto holdings. A Companhia possui sede na Rodovia BR 316, Km 466, no município de Codó, no Estado do Maranhão. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e a apresentação dessas demonstrações financeiras em 27 de junho de 2025. **(b) Reestruturação** - Após a Assembleia Geral Ordinária - AGO ocorrida em 15 de dezembro de 2022, foi determinada a destituição da antiga Diretoria e a subsequente eleição de novos administradores. Em 21 de dezembro de 2022, foi ajuizado o pedido de Recuperação Judicial da Itapicuru Agro Industrial S/A, que foi deferido em 23 de dezembro do mesmo ano, em conjunto com as demais empresas do Grupo João Santos (consolidação processual), nos termos da Lei nº 11.101/2005 ("Lei das Falências"), por meio do processo nº 0169521-37.2022.8.17.2001. Foram apontadas como principais razões do pedido: o alto grau de endividamento decorrente das garantias manifestamente excessivas e onerosas constantes dos contratos firmados com os seus credores, tendo estes ajuizado várias ações judiciais individuais, requerendo a penhora de seus ativos. Os saldos reclamados por terceiros, divulgados na segunda lista de credores, em maio de 2023 e atualizada em setembro de 2024, está representada na Nota Explicativa nº 19. Ao longo de 2024, houve o aperfeiçoamento da campanha de mediação com os diversos credores das Classes I, III e IV - recursos esses provenientes da reintegração de depósitos recursais, bem como, em 5 de novembro do mesmo ano, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela maioria dos credores. A homologação e decisão judicial do referido plano e a efetiva concessão da recuperação judicial do Grupo João Santos ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2025, já tendo havido o início dos pagamentos dos credores desde então. O objetivo da nova administração é conduzir a reestruturação operacional e financeira do Grupo. Logo, as demonstrações financeiras ora apresentadas pressupõem a continuidade das suas operações. **(c) Desempenho operacional** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Itapicuru Agro Industrial S/A - Em Recuperação Judicial apresentou insuficiência de capital de giro de R\$ 10.376.293 (R\$ 120.538.347 em 31 de dezembro de 2023), prejuízos acumulados de R\$ 398.590.795 (R\$ 342.840.833 em 31 de dezembro de 2023) e passivo a descoberto de R\$ 44.933.012. A Administração da Companhia está enviando esforços no sentido de equacionar as operações de modo a reverter a situação a médio prazo, por meio de ações internas e o pedido de recuperação judicial, citado na Nota Explicativa 1(b). Por estes motivos, não foi efetuado nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos e aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessária em função dos fatos citados. **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma. Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes, além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada. **2.2. Mudança nas políticas contábeis e reapresentação de cifras comparativas** - A Companhia decidiu contabilizar os investimentos, a partir de 1º de janeiro de 2024, pelo método de custo, o que significa que os mesmos serão registrados e mantidos no balanço pelo seu custo de aquisição, a menos que ocorra uma perda de valor significativa. Esta mudança foi motivada pelo entendimento de que a Companhia não possui influência significativa sobre suas investidas. A Companhia aplicou a nova política retroativamente, ajustando os saldos das contas de investimentos dos exercícios anteriores. Os efeitos da mudança estão apresentados nas demonstrações financeiras comparativas conforme demonstrado a seguir.

	2023	Ajustes	2023
	Original		